



7 • Correio Braziliense — Brasília, domingo, 30 de abril de 2023



Salário mínimo
R\$ 1.302

Euro
Comercial, venda
na sexta-feira
R\$ 5,496

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado
30 dias (ao ano)
13,65%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Novembro/2022	0,41
Dezembro/2022	0,62
Janeiro/2023	0,53
Fevereiro/2023	0,84
Março/2023	0,71

CONTAS PÚBLICAS/ O ministro da Fazenda tem destacado que subsídios e isenções fiscais serão alvo prioritário para aumentar a arrecadação, contudo, precisará de capital político para enfrentar os lobbies

O vespeiro de Fernando Haddad

» VICTOR CORREIA

Os benefícios fiscais atacados constantemente pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, podem se provar um vespeiro complicado de mexer. Tributaristas avaliam que o governo gastará um enorme capital político, caso decida mesmo brigar pelos R\$ 150 bilhões extras na arrecadação, apontados por ele como necessários para conseguir cumprir as regras do projeto de lei do novo arcabouço fiscal, enviado ao Congresso.

Os gastos tributários são valores que a União deveria receber pelo pagamento de impostos, mas não o faz por causa de leis que isentam atividades específicas, aprovadas ao sabor de cada administração e legislatura e pelo peso de determinadas bancadas do Congresso.

De acordo com o demonstrativo da Receita Federal sobre os gastos tributários previstos para 2023, o Fisco estima que o montante alcançará R\$ 456,09 bilhões em benefícios, representando 4,29% do Produto Interno Bruto (PIB). Para

alcançar o valor visado, Haddad terá de cortar essas renúncias em mais de um terço. Além disso, como os benefícios são firmados por leis, suas revogações passam obrigatoriamente pelo Parlamento.

Entraves

Também complica o fato de que o governo teria de enfrentar setores econômicos dos quais depende para a aprovação de medidas no Congresso, que visam arrumar a casa, especialmente a reforma tributária.

Os dados da Receita trazem os cinco setores que mais agregam benefícios: comércio e serviços, com 24,29% das renúncias; saúde, com 15,88%; agricultura, com 13,53%; indústria, com 12,55%; e trabalho, com 11,04%. O setor de comércio e serviços já é um dos empecilhos para a reforma tributária que tramita no Congresso e tece críticas ao modelo proposto, segundo entidades representativas, aumentará a carga tributária sobre eles. O agronegócio também ecoa as críticas, alertando que sofrerá maior oneração.

Existe, porém, um consenso que o emaranhado de benefícios fiscais é um entrave para o desenvolvimento econômico. Não somente pela perda de arrecadação, mas também pela promoção de competição desigual no mercado. Os gastos tributários somam isenções e subsídios aprovados há décadas, que nunca foram revistos e que acabam sendo prorrogados sem análises de impacto econômico e social.

“São simplesmente jabutis ou, digamos assim, emendas que foram sendo colocadas no nosso sistema tributário, que já é demasiadamente complexo e desigual”, explicou a jornalista e secretária nacional de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, em café da manhã no Senado para tratar do arcabouço fiscal. Mello frisou que existem benefícios que trazem, sim, retorno, e esses serão mantidos pela pasta.

Em coletiva de imprensa sobre dados da arrecadação de março, o chefe de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Feder-

Ed Alves/CB



Ministro Fernando Haddad busca R\$ 150 bilhões em receitas para deixar o novo arcabouço fiscal crível

Malaquias, explicou que os gastos tributários são constantemente avaliados no âmbito do Ministério do Planejamento e Orçamento. A Receita, por sua vez, está realizando estudos para subsidiar a decisão do governo de rever os benefícios. “Certamente, esse pente-fino seria mais ou menos equivalente ao que está sendo avaliado”, declarou o auditor.

Questionado pelo **Correio**, o Ministério do Planejamento e Orçamento afirmou, por meio de sua

assessoria, que a avaliação das medidas é permanente e existe desde 2015, realizada pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (Cmap). “Esse acúmulo de experiências pode, inclusive, servir de subsídio para o debate que o governo está propondo”, destacou a pasta.

Em outra frente, Haddad prometeu, na última segunda-feira, divulgar “CNPJ por CNPJ” quais são as empresas beneficiadas. O processo já está em andamento, e o governo criou um grupo de

trabalho (GT) para determinar como será a exposição. Lidera o grupo o secretário especial da Receita, Robinson Barreirinhas, e integrantes da Fazenda, do Planejamento e da Controladoria-Geral da União (CGU).

No café da manhã do Senado, também esteve presente o relator do arcabouço fiscal, deputado Cláudio Cajado (PP-BA). Questionado pela reportagem sobre a iniciativa de Haddad, o parlamentar deu o tom do embate: “Ele vai ter que mexer nesse vespeiro aí”.

Gastos tributários estimados para 2023

MAIORES BENEFÍCIOS	VALOR - EM R\$ BILHÕES
Simples Nacional	86,65
Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio	55,28
Agricultura e Agroindústria	53,95
Rendimentos Isentos e Não Tributáveis do Imposto de Renda da Pessoa Física	45,2
Entidades sem fins lucrativos – imunes/isentas	35,4
Total	456,09

Fonte: Receita Federal

Concentração de renúncias

Outro desafio para a revisão dos gastos é a concentração da maior parte do valor em programas econômicos que são difíceis de cortar e nem sempre trazem benefícios comprovados ao país. Análises mais profundas desses subsídios e seus retornos ajudariam no argumento de mudanças e de revisões de gastos.

Conforme dados da Receita, a maior parte dos R\$ 456,09 bilhões estão distribuídos entre o Simples Nacional (19,41%), a Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio (12,12%), Agricultura e Agroindústria (11,83%), Rendimentos Isentos e Não Tributáveis do Imposto de Renda da Pessoa Física (9,92%) e para entidades sem fins lucrativos que são imunes ou isentas (7,77%).

Juntos, esses gastos tributários agregam mais de 61% das despesas, um total estimado em R\$ 278,44 bilhões. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já frisou, em discursos recentes, que não quer mexer no Simples nem na Zona Franca. O chefe da equipe econômica também descartou alterar a desoneração da folha de pagamentos. Dessa forma, o espaço para cortar gasto é limitado.

“Difícil, mas possível”, avalia o analista e especialista em contas públicas Murilo Viana. “Se você for olhar, (as renúncias) são bastante concentradas em alguns programas, o que dificulta a ação do governo, quando coloca o valor de centenas de bilhões”, acrescenta.

Viana ressalta que as dificuldades políticas para aprovar no Congresso o fim de benefícios seriam enormes, com “custo político gigantesco para o governo”. Um exemplo: mexer nas isenções do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), como os gastos com saúde, pode derrubar a popularidade do governo junto à classe média. O ex-ministro da Economia Paulo Guedes tentou e não conseguiu avançar na proposta de atacar essa despesa. Além disso, benefícios que esbarram em setores econômicos devem, por sua vez, enfrentar fortes lobbies, como é o caso da bancada do Amazonas, que conseguiu prorrogar o benefício da Zona Franca, mas poucas indústrias se interessam em produzir no meio da floresta.

Na avaliação de Viana, a iniciativa da Fazenda em querer divulgar as empresas beneficiadas é louvável, já que um dos grandes

problemas dos gastos tributários é a falta de transparência. “Falta transparência das empresas, mas também da metodologia de como se fazem os cálculos da renúncia”, diz o consultor.

Apesar de concordar sobre a situação complexa dos gastos tributários, o professor e presidente da Comissão de Direito Tributário da Ordem dos Advogados do Brasil/São Paulo, André Félix, vê com desconfiância as falas recentes de Haddad, por ele não ser muito familiarizado com o assunto. Para ele, causa estranhamento o discurso da equipe econômica quando há uma reforma tributária engatilhada. “A reforma já mexe com isso, com benefícios e incentivos fiscais para colocar todos os setores em pé de igualdade”, explica o advogado. Na avaliação dele, o ministro quer aumentar a arrecadação do governo, “mas não sabe de onde”.

O tributarista alerta, ainda, que mexer nos benefícios sem o devido cuidado pode causar problemas econômicos graves. Empresas que já contam com os incentivos podem quebrar, o que gera, inclusive, o efeito oposto ao pretendido pelo governo: queda na arrecadação. (VC)

PO NEWS

Boletim informativo das Organizações PaulOOctavio

EDIÇÃO Nº 896 | ANO 48

30 DE ABRIL DE 2023 | BRASÍLIA/DF

HOMENAGEM

PAULOOCTAVIO INAUGURA EDIFÍCIO LUIZ CARLOS BOTELHO FERREIRA

A PaulOOctavio concluiu o retrofit de um dos edifícios mais tradicionais do Setor Comercial Sul.

Após a reforma, o prédio foi batizado com o nome do empresário Luiz Carlos Botelho Ferreira, um dos mais expressivos empresários da construção civil e ex-presidente do Sinduscon-DF. A recuperação do espaço também atende a uma demanda da sociedade: a recuperação do Setor Comercial Sul.

Além da família do homenageado, participaram da solenidade de reinauguração

do edifício os presidentes do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (Codese-DF), Leonardo Ávila; da Associação Brasiliense de Construtores (Asbraco), Luiz Afonso Delgado Assad; da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (Ademi-DF), Eduardo Aroeira; e do Sinduscon-DF, Dionyzio Klavdianos.

Para Paulo Octávio, a homenagem reconhece um empresário admirável,

que deixou uma linda família, infelizmente de forma precoce. “Luiz Carlos Botelho Ferreira não era apenas um empresário e um cidadão, mas uma pessoa que participou ativamente da vida política, econômica e social de Brasília, sempre com grandes ideias. Um homem que deixou história e obras lindas na cidade”, destacou.

www.paulooctavio.com.br